



Tribunal de Justiça do Maranhão  
Diário da Justiça Eletrônico

RESOL-GP - 702013

Código de validação: C93AD6B7ED

**Dispõe sobre a competência do Juizado Especial da Fazenda Pública do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís, de acordo com a Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009, e dá outras providências.**

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão plenária administrativa do dia 04 de dezembro de 2013, e

**CONSIDERANDO** o art. 23 da Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009, que estabelece: "os Tribunais de Justiça poderão limitar, por até 5 (cinco) anos, a partir da entrada em vigor desta Lei, a competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, atendendo à necessidade da organização dos serviços judiciários e administrativos";

**CONSIDERANDO** o art. 24 da Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009, que estabelece: "não serão remetidas aos Juizados Especiais da Fazenda Pública as demandas ajuizadas até a data de sua instalação, assim como as ajuizadas fora do Juizado Especial por força do disposto no art. 23";

**CONSIDERANDO** a instalação do Juizado Especial da Fazenda Pública do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís em 22 de outubro de 2013,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** A competência do Juizado Especial da Fazenda Pública ficará limitada às causas com valor máximo de até sessenta salários mínimos, relativas a:

I - multas e outras penalidades decorrentes de infrações de trânsito;

II - transferência de propriedade de veículos automotores terrestres;

III - imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN);

IV - imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços (ICMS);

V - imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU);

VI - fornecimento de medicamentos e outros insumos de interesse para a saúde humana, excluídos cirurgias e transporte de pacientes;

VII - execução de honorários de defensor dativo.

**Art. 2º** A competência do Juizado Especial da Fazenda Pública será absoluta e limitada ao Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís.

**Art. 3º** O presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais apresentará ao presidente do Tribunal de Justiça, no prazo de seis meses contados da entrada em vigor desta Resolução, relatório sobre a situação da unidade jurisdicional em questão após a limitação de competência de que trata esta Resolução.

**Art. 4º** O presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais poderá expedir os atos necessários à execução desta Resolução.

**Art. 5º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLOVIS BEVILÁQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS.**

Desembargador ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR  
Presidente do Tribunal de Justiça  
Matrícula 2139